

Opressão de gênero e violência de  
Estado na literatura brasileira  
contemporânea e sua abordagem  
no livro didático de Ensino  
Médio

Página | 167

Jéssica Maria Cruz Silva<sup>42</sup>

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Adão Marcelo Lima Freire Alves<sup>43</sup>

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

**Resumo**

O presente artigo analisa a maneira como o livro didático aborda a opressão de gênero e a violência na literatura brasileira contemporânea. Para tanto, este trabalho selecionou como *corpus* o livro *Novas Palavras 3º ano*, de Emília Amaral *et al.* (2016), restringindo sua análise ao capítulo “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”. O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, apresenta-se a hipótese da pesquisa. Na seção seguinte, imprime-se uma discussão sobre o conceito de gênero, tentando compreender sua manifestação nas estruturas sociais e sua representação no campo da literatura. Na terceira parte, promove-se uma reflexão sobre a presença da violência na literatura brasileira, em especial, a literatura brasileira contemporânea. Na quarta seção, concretiza-se a análise do *corpus*. E, na última parte, apresentam-se os resultados parciais do problema abordado. Em linhas gerais, percebeu-se que os textos, particularmente os de autoria feminina, ocupam espaço marginal no livro didático. Além disso, as obras literárias que tratam da ditadura civil-militar brasileira figuram apenas no nível da referência a alguns escritores e obras. Escorado em autores como Butler (2017); Bourdieu (2012); Zolin (2005; 2010); Ginzburg (2012; 2017); Seligmann-Silva (2000); Benjamin (2012); Candido (2004), objetivou-se estabelecer uma reflexão crítica sobre o tema.

**Palavras-chave**

Gênero. Violência. Literatura brasileira contemporânea. Livro didático.

<sup>42</sup> Mestranda em Letras (bolsista CAPES) pela Universidade Estadual do Piauí.

<sup>43</sup> Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. .

## Considerações iniciais

Considerando a literatura como um campo que abarca uma multiplicidade de saberes, o presente estudo buscou elucidar como as categorias de opressão de gênero e violência são exploradas nos textos literários do livro didático de Ensino Médio, sobretudo no que se refere à literatura brasileira contemporânea. Para isso, utilizou-se como *corpus* o capítulo “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”, extraído do livro *Novas palavras 3º ano*, de Amaral *et al.* (2016).

Inserido em um contexto de discurso público, o livro didático constitui-se como um instrumento de propagação ideológica, ao qual os educandos e educadores têm acesso direto. Muitos textos e temas que são abordados na escola através desse suporte didático podem naturalizar a exclusão e/ou marginalização de grupos sociais legitimados como inferiores. Isso ocorre porque, muitas vezes, os discursos dominantes não são analisados sob outro prisma, além daquele sugerido pelo livro didático, e as escolas, que devem ser locais de desconstrução de estereótipos e violência, passam a reforçar práticas sociais estigmatizadoras.

As categorias “gênero” e “violência” são capitais para esta pesquisa. O conceito de gênero é aqui entendido como o aparato pelo qual a produção e a normatização dos padrões de masculinidade e feminilidade ocorrem. Para entender como se articulam as relações de gênero, são apresentados, no capítulo seguinte, os postulados teóricos de Butler (2017) e os de Bourdieu (2012) no tocante a agentes específicos, como a Escola, que sustentam estruturas sociais generificadas. São esboçadas também as proposições de Zolin (2005; 2010) e Zinani (2013), cujas reflexões sobre os textos de autoria feminina auxiliam na detecção dos mecanismos de poder que subjazem às narrativas literárias. Com base nesses direcionamentos, empreendeu-se a análise do livro didático de Ensino Médio, especificamente o capítulo que trata da literatura brasileira contemporânea, atentando-se aos textos de autoria feminina e à exploração (ou não) de tal conteúdo.

Já o termo “violência” é aplicado ora para se referir aos abusos de poder perpetrados pelo Estado, ora para designar ações virulentas praticadas pela sociedade. Dessa forma, este trabalho mostra que a violência, entendida num sentido amplo, é um elemento estruturante da formação do Brasil, apresentando um aspecto de continuidade na história e produção cultural do país. A fim de demonstrar esse argumento, o presente

artigo põe em articulação as seguintes obras: *Pai contra mãe*, de Machado de Assis; *Negrinha*, de Monteiro Lobato; *Passeio noturno (parte I)*, de Rubem Fonseca; *A noite da espera*, de Milton Hatoum; *A instalação*, de Bernardo Kucinski; *Essa gente*, de Chico Buarque. Através do confronto entre trechos e obras, observa-se a representação recorrente da violência em textos e autores fundamentais da literatura brasileira. Em interlocução com Ginzburg (2012; 2017), Seligmann-Silva (2000) e Benjamin (2012), encontra-se amparo teórico para a abordagem do tema da violência.

A maneira como o livro didático aborda a problemática de gênero, sobretudo no tocante às representações do feminino, e a forma como discute textos vinculados a períodos de evidente autoritarismo impactam diretamente na compreensão que os estudantes terão dos temas e na maneira como os incorporarão à sua formação escolar.

## **1 Gênero: um conceito em (des)construção**

Por muito tempo, a dicotomia homem/mulher, baseada na diferença de gênero, garantiu a legitimação de uma estrutura dominante, na qual o homem é colocado numa posição privilegiada, enquanto a mulher é destituída de direitos. Assim, gênero se configura como: “[...] o aparato pelo qual a produção e normalização do masculino e do feminino ocorrem, juntamente com formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas, performativas que gênero assume” (BUTLER, 2017, p. 695). Nessa perspectiva, essa autora assegura que gênero pode ser tanto o mecanismo que constrói e naturaliza a noção binária de masculino/feminino, como o aparato que desconstrói e desnaturaliza essas noções, com a ruptura desse binarismo.

Bourdieu (2012) explica que estruturas como Igreja, Estado, Escola, Família atribuem ao sujeito um determinado papel social previamente estabelecido e, ao mesmo tempo, naturalizado aos olhos da sociedade, tornando quase impossível que o dominado se dê conta daquilo que o referido autor denomina como violência simbólica: “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento” (BOURDIEU, 2012, p. 7-8).

Para Foucault (1995, p. 243), esses sistemas hierarquizantes se articulam sobre dois pontos essenciais: “[...] que o ‘outro’ [...] seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder,

todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções”. Em outras palavras, o poder, além de coercitivo e repressor, é também produtivo, heterogêneo, e atua por meio de práticas e técnicas que foram inventadas e aperfeiçoadas, desenvolvendo-se sem cessar. Desse modo, existe uma verdadeira tecnologia de poderes, cada uma com sua própria história.

Considerando a Escola como um dos agentes específicos na sustentação de esquemas sociais generificados (BOURDIEU, 2012), as relações de gênero, embora nem sempre sejam contempladas nos currículos escolares e nos cursos de formação de professores, aparecem constantemente no cotidiano das escolas, na relação entre professor e aluno, entre os próprios alunos e até no sistema político-pedagógico de ensino. Esse ambiente está, assim, perpassado por múltiplos embates e relações de poder que, por vezes, tentam homogeneizar e hierarquizar os grupos sociais.

Como forma de viabilizar esse debate, mais especificamente no Ensino Médio, a literatura apresenta-se como um campo que abarca uma multiplicidade de saberes, força essa explicada por Barthes (2007) sob o conceito grego de *mathesis*. Para esse autor, supondo-se que todas as disciplinas devessem ser expulsas do currículo escolar, a literatura deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário: “[...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. [...] A literatura trabalha nos interstícios da ciência” (BARTHES, 2007, p. 18).

Ao relacionar literatura e direitos humanos, Candido (2004, p. 186) defende que “A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e humaniza”. Assim, a literatura desenvolve a humanização, ou seja, traços considerados essenciais, como exercícios de reflexão, aquisição do saber, afinamento das emoções, percepção da complexidade dos problemas da vida, o que invalida qualquer tipo de censura.

Partindo dessas postulações, é fundamental trazer para o espaço escolar, particularmente através da literatura, a reflexão crítica sobre questões de relevância social, a fim de subsidiar os discursos emancipatórios, como as questões relacionadas ao conceito de gênero. Vale destacar que, para estudar essa categoria no campo da produção literária, é preciso entender que existem processos de silenciamento considerados legítimos nos meios sociais, literários, políticos e econômicos, que sustentam o cânone literário.

Intrinsecamente, a escola desempenha um papel decisório na legitimação de determinadas categorias, pois certifica aquilo que deve ser repassado (ou não) aos sujeitos em formação. Segundo Zolin (2010), até meados do século XX, os discursos dominantes vinham circunscrevendo espaços privilegiados de expressão e, conseqüentemente, silenciando as produções ditas inferiores, provenientes de segmentos sociais “desautorizados”.

Nesse contexto, à medida que a mulher foi saindo da zona de silêncio e conquistando o direito de fala, a produção literária de autoria feminina parece surgir imbuída da missão de reescrever trajetórias, imagens e desejos femininos, desestabilizando a representação ideológica da mulher na literatura canônica, cerceada pelo patriarcado. No Brasil, conforme assegura Zolin (2010), o cânone literário foi, e ainda tem sido, constantemente revisitado, com o intuito de se questionarem os mecanismos de funcionamento das representações femininas estereotipadas, como ocorre, por exemplo, em *Lucíola*, de José de Alencar, cuja protagonista vai da inocência à imoralidade, para depois regenerar-se; em *Dom Casmurro*, em que Capitu é descrita pelo marido Bentinho como a sedutora dissimulada, e em *São Bernardo*, na qual Madalena se suicida por não suportar as constantes acusações de traição que o marido, Paulo Honório, fazia contra ela, sem esquecer de seus ideais contrários aos dele.

No estudo das relações de gênero inscritas na representação das referidas personagens da literatura brasileira, transparecem as construções sociais edificadas não necessariamente pelos seus autores, mas pela cultura na qual estão inseridas, servindo ao propósito da dominação masculina. Dessa forma, o feminismo desnuda questões de gênero que, longe de serem neutras, estão em consonância com a ideologia dominante: “[...] o engendramento masculino possui conotações positivas; o feminino, negativas” (ZOLIN, 2005, p. 190). Em outros termos, à representação da mulher indefesa e submissa subjaz uma conotação positiva, enquanto que a independência feminina, representada na figura da megera e da adúltera, remete à rejeição.

Numa fase posterior a essa, concentrada essencialmente em desmascarar a misoginia da prática literária, a crítica feminista seguiu novos direcionamentos, investigando a literatura feita por mulheres, com foco nas particularidades da escrita feminina como lugar privilegiado para a experiência social, trazendo consigo “[...] novas formas de equacionar os papéis femininos naturalizados ao longo da história das mulheres pelas culturas alicerçadas no pensamento patriarcal” (ZOLIN, 2010, p. 186).

A prosa de Clarice Lispector, conforme os estudos de Xavier (1996), inaugura um sólido processo de denúncia da opressão feminina por meio da representação recorrente de personagens imersas na reduplicação dos papéis tradicionais de gênero. Assim, Lispector faz um convite à reflexão sobre a legitimidade dos padrões reguladores das relações conjugais e familiares, como nos contos de *Laços de família*, publicados originalmente em 1960, acenando para novas possibilidades de estar no mundo e resistir a essas imposições. Dentre outras autoras que marcam em sua produção literária a construção de uma nova identidade, contestadora dos valores patriarcais, Xavier (1996) cita Adélia Prado, Lya Luft, Patrícia Bins, Sônia Coutinho, Márcia Denser, com diferenças nos desfechos das tensões dramáticas vividas pelas personagens.

Diante desse panorama, parece ser bastante produtiva uma abordagem da opressão de gênero por meio de obras escritas por mulheres (ZINANI, 2013). Essa modalidade está fundada no modelo cultural e permite o desvelamento da ideologia do texto, pois detecta os mecanismos de poder que subjazem à narrativa, possibilitando o afloramento de seu potencial emancipatório, por meio da utilização de um discurso do qual emerge um novo sujeito com outras concepções sobre si mesmo e sobre o mundo. Além disso, através de uma visão de discurso como estruturador de uma sociedade, os estudos de gênero possibilitam a análise histórica dos mecanismos de poder, em favor de interesses específicos, incluindo a resistência.

## **2 Literatura brasileira contemporânea: notas sobre a violência**

Nas conhecidas teses presentes em *Sobre o conceito da história*, Walter Benjamin defende que, diferente do investigador historicista, que estabelece uma relação de afinidade com o vencedor, cabe ao materialista histórico a “[...] tarefa de escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245), ou seja, ao intelectual imputa-se o dever, até mesmo ético, de contar a história sob a perspectiva dos oprimidos.

As ideias do estudioso alemão ajudam a pensar criticamente sobre o arsenal de violência que forja o Brasil, onde nem sempre se dispôs, no âmbito da história, daquilo que Benjamin (2012) considera fundamental: uma história que ponha em tela o ponto de vista dos excluídos, dos espezinhados. De fato, da colônia à atualidade, o Brasil tem vivido uma constante e complexa história da violência.

A história brasileira é intensamente caracterizada pela presença de violência em processos sociais [...]. Uma percepção crítica de nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual, ou incidental; ela tem uma função propriamente constitutiva: ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais (GINZBURG, 2017, p. 221).

A partir das palavras do autor, compreende-se que a violência não é um acontecimento episódico no Brasil; ela também não pode ser concebida apenas como um instrumento evocado em momentos de guerra ou como simples desdobramento da desigualdade social do país. O que Ginzburg (2017) aponta, com razão, é que a violência não tem cessado de se manifestar em terras brasileiras, constituindo, em última instância, um elemento intrínseco à nação e ao seu povo. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, algumas dessas manifestações.

Na literatura do século XIX, autores do calibre de Machado de Assis representaram esse espectro odioso e, por sua vez, mediador das relações no país, desvelando o sistema escravocrata, como se verifica no fragmento extraído do conto *Pai contra mãe*:

– Arminda! – bradou, conforme a nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse.

[...]

– Me solte!

– Não quero demoras; siga!

[...]

– Aqui está a fujona – disse Cândido Neves.

– É ela mesma.

– Meu senhor!

– Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. [...] *No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta, a escrava abortou* (ASSIS, 2017, p. 138-140, grifos nossos).

O narrador onisciente apresenta ao leitor uma cena de captura de uma escrava fugitiva, algo banal nos tempos da escravidão. Ao restituir Arminda ao seu senhor, Cândido Neves recebe a gratificação pelo trabalho, ao passo que a moça, agonizando de medo e dor, por fim, aborta. Considerando toda a narrativa, fica patente a indiferença de Cândido diante da condição de Arminda, escravizada e grávida. A transformação do negro em espécie de semovente elimina qualquer empatia com seu sofrimento.

É certo que, além da escravidão, Machado de Assis (2017) expõe ainda a própria falência dos sentimentos humanitários. Cândido Neves compartilhava da mesma sorte que Arminda: ambos tinham um filho, sendo que Cândido precisava do dinheiro da captura para salvar sua cria, enquanto Arminda escapava do cativeiro para, provavelmente, proteger a criança que levava no ventre. De forma cáustica, o narrador machadiano esfaca a crença nos bons sentimentos, visto que, no momento mais intenso da narrativa, Cândido não sente culpa de lançar mão de todos os subterfúgios para entregar a escravizada ao seu dono, ainda que isso tivesse consequências severas para a sua condição de serva e grávida.

Monteiro Lobato (2017), escritor expressivo do século XX, também representou, no conto *Negrinha*, a condição abjeta a que os escravizados, ou aqueles que viviam em situações análogas à escravidão, eram submetidos.

– Eu curo ela! [...]

– Traga um ovo.

Veio o ovo. Dona Inácia mesmo pô-lo na água a ferver; e de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, aguardava trêmula alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora chamou:

– Venha cá!

Negrinha aproximou-se.

– Abra a boca!

Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa, então, com uma colher, tirou da água ‘pulando’ o ovo e zás! na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. (LOBATO, 2017, p. 108-109).

A cena narrada é de crueldade evidente. Negrinha, cujos apelidos carinhosos eram “pestinha”, “diabo”, “coruja”, “sujeira”, “trapo”, “lixo”, nunca conheceu a sensação de ser criança. Tudo lhe fora negado. Seu corpo era objeto das atitudes mais despóticas de sua senhora, sendo, a imagem do ovo quente colocado na boca da criança, exemplar da dominação diabólica de dona Inácia sobre o corpo da menina.

Nesses dois contos, as narrativas ilustram alguns matizes do sistema de escravidão no Brasil. No plano formal, os narradores oniscientes oferecem ao leitor um quadro amplo das relações e sentimentos que conduzem as personagens. Por ocupar a posição de observador, a voz que conduz a narrativa não tem qualquer envolvimento direto com os episódios que narra, o que permite ao narrador, pelo menos em tese, o olhar imparcial. Em ambos os contos, nenhum dos narradores encontra quaisquer

dificuldades em descrever, nas cenas de violência, o que se passa entre as personagens e com as ações que elas desenvolvem.

O leitor não penetra na dimensão psicológica de Cândido, Arminda ou Negrinha sob a perspectiva das próprias personagens, já que todas elas são desenhadas pelas informações emitidas pelo narrador externo. De um lado, o leitor ganha por ter acesso a um quadro mais horizontal do evento e das personagens, haja vista que o narrador tem pleno domínio sobre tudo aquilo que expõe. Por outro lado, toda a dimensão íntima das criaturas ficcionais e outras possibilidades de focos narrativos sobre a mesma cena são extirpadas da narração.

Na literatura brasileira contemporânea<sup>44</sup>, a representação da violência tem continuidade. Os autores mais sensíveis à dimensão odiosa e autoritária do país procuram promover reflexões renovadas sobre o tema. Obras da envergadura de *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca (2012); *A noite da espera*, de Milton Hatoum (2017); *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski (2014), e, mais recentemente, *Essa gente*, de Chico Buarque (2019), têm contribuído para a representação da violência e do autoritarismo, possibilitando novas interpretações sobre a temática.

Na obra de Fonseca (2012), há forte presença da violência urbana. Por meio de narrativas curtas, o autor consegue captar vários tipos e estratos sociais, sendo que o elemento de colagem entre eles é a evocação à violência. Este trabalho não tem a pretensão de explorar exaustivamente a obra fonsequiana, todavia cabe um comentário sobre um dos contos.

No conto *Passeio noturno (parte I)*<sup>45</sup>, o narrador-protagonista sente prazer em utilizar seu carro para atropelar pessoas. De maneira cínica e fria, ele expõe o leitor às cenas de violência.

Ela caminhava apressadamente, carregando um embrulho de papel ordinário, coisas de padaria ou de quitanda, estava de saia e blusa, andava depressa, havia árvores na calçada, de vinte em vinte metros, um interessante problema a exigir uma grande dose de perícia. Apaguei as luzes do carro e acelerei. Ela só percebeu que eu ia para cima dela quando ouviu o som da borracha dos pneus batendo no meio-fio. Peguei a mulher acima dos joelhos, bem no meio das duas pernas, um pouco mais sobre a esquerda, passei como um foguete rente a uma das árvores e deslizei com os pneus cantando, de volta para o asfalto. Motor bom, o meu, ia de zero a cem quilômetros em nove segundos. Ainda deu para ver que o corpo todo desengonçado da mulher havia ido

---

<sup>44</sup> O termo “literatura brasileira contemporânea” segue o recorte proposto por Ginzburg (2012), que recobre a produção de obras entre 1960 e a atualidade.

<sup>45</sup> O conto faz parte da obra *Feliz ano novo*, de Fonseca (2012).

parar, colorido de sangue, em cima de um muro, desses baixinhos de casa de subúrbio (FONSECA, 2012, p. 48).

O fragmento narrado pelo protagonista permite algumas reflexões. Percebe-se que a personagem é mestre em sua ação, pois certamente não é a primeira vez que ela executa uma pessoa. A reflexão meticulosa expressa em “havia árvores na calçada, de vinte em vinte metros, um interessante problema a exigir uma grande dose de perícia” demonstra, simultaneamente, sua frieza na iminência do crime e a habilidade em manusear a máquina automotiva para o propósito nefasto. No narrador-personagem, não existe hesitação de qualquer natureza, o que corrobora a ideia de que ele é um matador perito e contumaz.

O desfecho da narrativa não aponta para nenhum sentimento de justiça ou punição do ato. A violência simplesmente acontece, e o leitor não dispõe de informações que possam explicar o comportamento do narrador. Diferente de Raskólnikov<sup>46</sup>, que elabora ampla teoria para justificar seu assassinato e ainda assim, após cometê-lo, sente toda sorte de culpa, no narrador de Fonseca (2012), os motivos que o levam ao crime são imponderáveis. Ademais, ele não carrega arrependimento de qualquer ordem.

Por outro lado, autores como Hatoum (2017) e Kucinski (2014) inscrevem a violência no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Através de Martim, personagem de *A noite da espera*, o leitor acompanha os desdobramentos dos anos de chumbo no país. Universidades sofrem intervenção da polícia, manifestações contra o governo são dissuadidas a cassetetes. O medo impera. Em *A noite da espera*, lê-se:

Não me machucaram quando fui detido em março de 68. Mas os pesadelos, a violência, e tudo que vem acontecendo na vida de muitas pessoas dão a Brasília um sentimento de destruição e morte que nem sequer os palácios, a Catedral, as cúpulas do Congresso e todas as curvas desta arquitetura conseguem dissipar. (HATOUM, 2017, p. 150).

Por meio de cenas que remetem ao ambiente hostil do regime militar, o narrador Martim vai construindo uma imagem daquele período. O mecanismo narrativo da obra é dinâmico, assim, a despeito de Martim ser o narrador central, outros narradores em primeira pessoa também contam os fatos, ampliando os pontos de vista sobre a temática.

---

<sup>46</sup> Personagem de *Crime e castigo*, de Dostoiévski (2009).

Ainda que sumariamente, vale comentar também o conto *A instalação*<sup>47</sup>, no qual duas primas, ambas viúvas, que nunca se viram marcam um encontro. Nair fora vítima da ditadura, como revela o narrador:

Subiu os degraus devagar, um a um, já preocupada com a volta, quando teria que descer e sentiria as agulhadas no joelho direito. Dez anos haviam passado. O tique nervoso na sobrancelha esquerda, reflexo condicionado das cacetadas, sumira com dois anos de divã, mas a lesão no tendão, de quando a penduraram no pau de arara ficou para sempre (KUCINSKI, 2014, p. 135).

O desfecho do conto acontece quando Nair pergunta:

– E essa coisa tão bonita, o que é?  
 – São pencas de banana que eu deixo aí pra madurar.  
 – É aquela haste no meio?  
 – É lembrança do meu marido; é o pau de arara que o Oswaldo ganhou dos colegas quando se aposentou da polícia.  
*Ela sentiu um frio subindo pela barriga e logo o beliscar pesado dos tiques na sobrancelha* (KUCINSKI, 2014, p. 137, grifos nossos).

A situação de confronto criada por Kucinski (2014) não parece nada inverossímil. Nair, após ter sido torturada pelo regime militar de 1964, fica com traumas<sup>48</sup> e sequelas físicas. Alguns traumas foram tratados depois de “dois anos de divã”, todavia a imagem do pau de arara, pertencente ao marido da recém-conhecida prima, traz à tona as feridas na memória.

Como já observado em Fonseca (2012), a manifestação da violência no Brasil não é algo adstrito a governos autoritários, portanto deseja-se demonstrar ainda que a inclinação à violência e ao autoritarismo acontece mesmo em períodos considerados democráticos, pois, como sinaliza Ginzburg (2017), essas categorias são formas constitutivas e mediadoras das relações sociais brasileiras.

O mais recente romance de Buarque (2019) põe em análise as tensões que, hoje, estruturam as relações sociais no Brasil, onde o espírito belicoso tem imperado e conservadorismos de toda natureza assaltam conversas e ambientes. A violência ascendente, nessa obra, não é consequência de um sistema político ditatorial, mas de um país que se formou a partir do uso sistemático da força e do autoritarismo.

Em *Essa gente*, o narrador-personagem, Manuel Duarte, ocupa a maior parte do foco narrativo, mas outros narradores em primeira pessoa surgem em vários momentos do romance. Essas outras vozes ora apresentam perspectivas variadas sobre o

<sup>47</sup> A narrativa faz parte da obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Kucinski (2014).

<sup>48</sup> O trauma deve ser compreendido como a “[...] incapacidade de recepção de um evento transbordante [...] trata-se, aqui também da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos ‘limites’ da nossa percepção” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84).

próprio Manuel Duarte, ora escancaram, para o leitor, o novo espírito que permeia o Brasil. Ódio, racismo, violência, cinismo são desvelados. A despeito de Duarte conduzir a maior parte da narrativa, o elemento formal que organiza a história é o narrador externo. Surgindo em momentos pontuais, ele oferece uma visão mais distanciada dos fatos. A alternância de foco narrativo dá maior dinamicidade à representação da violência no romance.

*Vista de baixo, parece um desmoronamento aquela profusão de gente cor de terra que desce o morro do Vidigal. Chegando ao pé da favela, os moradores fecham a avenida Niemeyer e interpelam aos gritos os policiais de plantão. Não demora a aparecer o reforço, um batalhão de choque com policiais mascarados e um veículo blindado com caveiras estampadas na carroceria [...] Do nada, uma pedra, um palavrão, uma senha, não sei que fagulha desencadeia o conflito, e os escudos avançam contra os cartazes (BUARQUE, 2019, p. 118, grifos nossos).*

Nesse trecho narrado em primeira pessoa, Duarte descreve uma cena de iminente confronto entre a polícia do Rio de Janeiro e os moradores do morro do Vidigal. A expressão “gente cor de terra” realça o aspecto racial. O romance expõe também cena de racismo explícito, sendo que, em muitos momentos da obra, a questão racial emerge com sutileza e ironia corrosivas. Já no fragmento a seguir, a problemática da desigualdade racial se escancara,

*[...] Não custa a circular no hall a informação de que o escritor do 702 era mulato, apesar dos desmentidos da própria juíza, para quem nunca houve um inquilino afrodescendente no Edifício Saint Eugene. Os moradores fazem silêncio finalmente, quando o corpo sulfuroso deixa o apartamento dentro de um saco preto, sobre uma maca de aço carregada pelos bombeiros: dá licença, dá licença. Assim que eles descem pela escada, alguém comenta que crioulo, quando não caga na entrada, caga na saída (BUARQUE, 2019, p. 189).*

Nesse último trecho, o narrador externo apresenta a cena em que o corpo de Duarte é removido do seu apartamento, após uma morte misteriosa. Apenas aqui, fica explícito que o narrador central do romance é negro, e o racismo, como espécie de fratura exposta, fica patente.

Todos os fragmentos em tela apontam para um Brasil atravessado por episódios de violência. De Machado de Assis (2017) a Chico Buarque (2019), eles se revelam sob variadas formas, apresentando assombroso traço de continuidade. Como já enfatizado, a literatura brasileira e, em especial, a literatura brasileira contemporânea, tem plasmado o lastro de violência que constitui as bases do país.

### **3 Opressão de gênero e violência no livro didático**

Ora instituição contestadora, ora perpetradora dos valores hierarquizantes que solidificam as práticas de marginalização e violência contra determinados grupos sociais, a escola é um microcosmo que permite entender, parcialmente, as relações socioculturais que se estabelecem entre os indivíduos nos diferentes espaços da sociedade. Assim, é necessário compreender as conexões existentes entre os elementos que permeiam o ambiente escolar, como os livros didáticos e, mais precisamente, a literatura, no intuito de elucidar seus impactos na formação/imposição das relações de gênero, bem como da violência de Estado.

Conforme estudos do historiador Chartier (1990), o livro didático torna-se relevante a partir de sua ampla utilização na prática de ensino dos professores, no entanto carrega ideologias que, muitas vezes, reafirmam discursos em torno da marginalização e violência sofrida por determinados grupos. Essa situação é sustentada através da aceitação pacífica de fatos históricos que ocorreram no passado e são considerados, atualmente, como superados, muito embora resquícios desses problemas continuem fomentando a discriminação que ocorre, por exemplo, nos discursos relacionados às mulheres e aos negros (NATH-BRAGA, 2013). Nesse sentido, a escola se retrai e silencia esses assuntos, tomando esse espaço, ora generificado, como homogêneo e ignorando as implicações desse silenciamento.

A fim de elucidar essas questões expostas nesta seção, se analisa a maneira como o livro didático de Ensino Médio aborda a opressão de gênero e a violência. O escopo da pesquisa é o capítulo “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”, do livro *Novas Palavras 3º ano*, de Amaral *et al.* (2016).

No tocante a obras de autoria feminina, percebeu-se que, mesmo grandes escritoras da literatura contemporânea são pouco estudadas. Em outros casos, a abordagem acontece superficialmente, como é o caso de Adélia Prado e de Hilda Hilst. Sobre esta, o capítulo em estudo faz apenas breve referência, além da inserção de uma pequena nota explicativa, apresentando-a como uma escritora “[...] tomada pela paixão da palavra [e que] ‘submerge o leitor num mundo intrépido de terror e tremor, de beleza indescritível e de uma fascinante prospecção filosófica sobre o Tempo, a Morte, o Amor, o Horror, a Busca’” (AMARAL *et al.*, 2016, p. 159).

Lygia Fagundes Telles também é mencionada na prosa contemporânea, sendo apenas citados alguns de seus principais títulos, como *Praia viva* (1944), *O Cacto vermelho* (1949), *Ciranda de pedra* (1955), *Histórias do desencontro* (1958), *Verão no*

*aquário* (1963), *O jardim selvagem* (1965) e *Antes do baile verde* (1970), nos quais a autora evoca vivências e estados da alma na infância e na adolescência, registrando a saturação de algumas famílias burguesas paulistas. Para evidenciar essas questões, seria necessário que o aluno tivesse contato com algumas dessas obras e que outros aspectos fossem abordados, a fim de suscitar também elementos relacionados à opressão e submissão sofrida por grupos marginalizados.

Observa-se a presença pouco significativa de escritoras que subvertem, através de sua escrita, a opressão de gênero, resignificando sua existência e suscitando em seus leitores reflexões que desestabilizam o cerceamento da vida da mulher como dependente do homem. A justificativa está no fato de que as obras de autoria feminina, até hoje, são preteridas diante daquelas escritas por homens, entretanto esse apagamento não consiste em uma prática inventada pelo livro didático, pois, tomado como bem simbólico, esse material é atravessado por práticas culturais e discursos gestados no tecido social (CHARTIER, 1990).

O capítulo “Tendências contemporâneas da literatura brasileira” também traz, em uma de suas seções temáticas, a ditadura civil-militar, que vigorou entre 1964 e 1985, no país. Não obstante haja uma apresentação do tema, destacando o seu teor violento e autoritário, o que se observa é um recuo na abordagem de obras literárias que tratam do assunto. Em outros termos, o livro didático reconhece a presença da violência desse período, mas não possibilita que o aluno reflita sobre ela através das obras literárias. A imagem 1, a seguir, ilustra essa afirmação.

Imagem 1 – Seção do capítulo “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”, do livro didático *Novas Palavras 3º ano*.



Fonte: Amaral *et al.* (2016, p. 155).

Após breve discussão sobre a ditadura, o capítulo em estudo ainda trabalha os seguintes tópicos: “Poesia: entre 1956 e 1980”; “Poesia: da década de 1980 à atualidade”; “Prosa: entre 1956 e 1980”; “Prosa: da década de 1980 à atualidade”. Há também uma seção sobre o teatro, cujo título é “Teatro: o renascimento do gênero”. Percebe-se que, em vez de trabalhar alguns textos com maior densidade, o capítulo se limita a arrolar uma lista de obras dos períodos, enquanto os exercícios exploram, de forma pouco eficaz, o aspecto da violência. Quando se trata de obra relacionada à ditadura, há absoluta omissão no trabalho do tema por meio do texto ficcional.

O livro didático, na seção “Prosa: entre 1956 e 1980”, faz menção às obras *Quarup* (1967) e *Bar Don Juan* (1971), de Antonio Callado, e também a *Sombra de reis barbudos* (1972), de José J. Veiga, textos que representam os horrores do regime militar de 1964, no Brasil. Todavia a aparição desses romances acontece somente no nível da referência, sendo as obras de Antonio Callado apresentadas como “[...] prosa engajada, de forte conotação política e concentrada dimensão social” (AMARAL *et al.*, 2016, p. 162), ao passo que o romance de José J. Veiga é inserido no campo do realismo fantástico.

Compreende-se que, mesmo no plano temático, há o apagamento da vinculação das obras à ditadura civil-militar. Os motivos políticos que levam a tal postura não são objeto de discussão aqui, no entanto pode-se afirmar que a maneira como o livro didático aborda a questão ditatorial inviabiliza um trabalho consistente com a memória, a violência e o autoritarismo. Ao se refutar a discutir essas questões, a escola causa prejuízo ao trabalho com a memória histórica e com a produção cultural brasileira, que procuram entender o arsenal de violência que constitui os anos de chumbo no país.

Na seção “Prosa: da década de 1980 à atualidade”, o livro didático trabalha o conto *Socorrinho*, de Marcelino Freire, como demonstra a imagem 2:

Imagem 2 – Conto *Socorrinho*, de Marcelino Freire



literárias. O exercício sobre o conto *Socorrinho* poderia ter adensado a problemática sobre a opressão de gênero, mas a questão fica apenas sugerida.

### **Considerações finais**

Neste trabalho apresentou-se a maneira como o livro didático *Novas Palavras 3º ano*, de Amaral *et al.* (2016), na seção “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”, explora a opressão de gênero e a violência, levando em conta a articulação entre o plano formal e social da obra literária.

Observou-se que, apesar de serem citadas autoras da envergadura de Adélia Prado, Lygia Fagundes Telles e Hilda Hilst, a abordagem de textos de autoria feminina é inexpressiva, destinando-lhes apenas tímida nota biográfica, não sendo as obras objeto de leitura, tampouco de análise nos exercícios didáticos.

Sabe-se que as discussões sobre questões de gênero atravessam o conteúdo das disciplinas que compõem os currículos. Compreende-se também que as obras literárias são produções culturais importantes para promover reflexão sobre a temática, o que não deve transformar o texto literário em mero pretexto para trabalhar o tema. Todavia não se pode incorrer no equívoco de se ater somente aos aspectos formais da obra, impelindo-a para o apagamento do seu conteúdo crítico, ou, pior, incluir somente informações biográficas relacionadas às produções literárias dos escritores.

Constatou-se ainda que, quando o livro didático analisado apresenta o tópico que trata da relação entre a literatura e ditadura civil-militar, a abordagem resvala naquilo que Seligmann-Silva (2015) chama de memoricídio, isto é, o assassinato da memória da violência de Estado presente no Brasil, visto que a análise do texto literário sobre a ditadura fica em suspensão.

Apenas em seção posterior, por meio do conto *Socorrinho*, de Marcelino Freire, o livro didático examina um aspecto da violência, contudo o exercício que explora o conto oferece pouca margem para o aluno penetrar no tema. Há, assim, um descompasso na análise dos níveis formal e social da obra, visto que se limita mais a questões estruturais do texto, trabalhando apenas alguns aspectos sociais. No conjunto, a seção não contempla um trabalho incisivo que aponte a violência e a opressão de gênero como elementos estruturantes de algumas obras.

Defende-se, portanto, que o livro didático priorize atividades que levem à efetiva leitura do texto literário, não se limitando à nomeação de autores e listas de

obras. Ademais, considerando a vasta produção de romances, contos e poemas de autoria feminina na literatura brasileira contemporânea, é injustificável que as autoras continuem ocupando espaço marginal no livro didático de Língua Portuguesa. Trabalhar as obras da literatura brasileira contemporânea sob o prisma da violência também favorece uma formação de leitores que considere a dimensão autoritária que marca a história da formação do Brasil.

## Referências

AMARAL, Emília *et al.* Tendências contemporâneas da literatura brasileira. *In:*

AMARAL, Emília *et al.* **Novas Palavras 3º ano**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2016. p. 152-174.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. *In:* TERRA, Helena; RUFFATO, Luiz (org.). **Uns e outros: contos espelhados**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 127-140.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In:* BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUARQUE, Chico. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *In:* BRANDÃO, I.; CAVALCANTI, C. L. C.; LIMA, A. C. A. (org.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 692-716.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In:* CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

FONSECA, Rubem. **Feliz ano novo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

GINZBURG, Jaime. A violência na literatura brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. *In*: GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. 2. ed. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2017. p. 219-234.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas – Quaderni di litterature iberiche e iberoamericane**, Milão, n. 2, p. 199-221, 2012. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/view/2790/2999>. Acesso em: 11 set. 2020.

HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LOBATO, Monteiro. Negrinha. *In*: TERRA, Helena; RUFFATO, Luiz (org.). **Uns e outros: contos espelhados**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 105-114.

NATH-BRAGA, Margarete Aparecida. Discursos sobre a mulher: uma análise do livro didático de língua portuguesa e literatura - ensino médio. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 93-108, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/16894>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: NESTROVSKI, Arthur;

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Catástrofe e representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Tradição de 'memoricídio' se perpetua no Brasil, diz Seligmann-Silva**. [Entrevista concedida a] Paula Coutinho. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, dez. 2015. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html). Acesso em: 2 out. 2020.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. **Leitura**, Alagoas, n. 18, p. 87-95, 1996. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/6825>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero: a construção da identidade feminina**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária**: abordagens históricas e contemporâneas. Maringá: Eduem, 2005. p.181-202.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de Gênero e de Representação na contemporaneidade. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12166>. Acesso em: 20 jan. 2021.

# GENDER OPPRESSION AND STATE VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERATURE AND ITS APPROACH IN HIGH SCHOOL TEXTBOOK

## Abstract

This article analyzes the way the textbook addresses gender oppression and violence in contemporary Brazilian literature. To this end, this work selected the book *Novas Palavras 3º ano* as a *corpus*, by Emília Amaral *et al.* (2016), restricting its analysis to the chapter “Tendências contemporâneas da literatura brasileira”. The article is organized into five sections. In the first, the research hypothesis is presented. In the next section, a discussion about gender concept is incited, trying to understand its manifestation in social structures and its representation in the literature field. In the third part, a reflection is promoted on the violence presence in Brazilian literature, especially contemporary Brazilian literature. In the fourth section, the *corpus* analysis is carried out. And, in the last part, the partial results of the problem addressed are presented. In general, it was noticed that the texts, particularly those written by women, occupy a marginal space in the textbook. In addition, the literary works that deal with the Brazilian civil-military dictatorship appear only at the level of reference to some writers and works. Supported by authors such as Butler (2017); Bourdieu (2012); Zolin (2005; 2010); Ginzburg (2012; 2017); Seligmann-Silva (2000); Benjamin (2012); Candido (2004), this article aimed to establish a critical reflection on the theme.

## Keywords

Gender. Violence. Contemporary Brazilian literature. Textbook.

---

Recebido em: 27/02/2021

Aprovado em: 25/05/2021